

**CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – JORNALISMO**

SIMONE FERNANDES

**DERRUBANDO A PAUTA: DOCUMENTÁRIO SOBRE A VIOLÊNCIA COMETIDA
CONTRA OS JORNALISTAS EM CURITIBA**

CURITIBA

2016

SIMONE FERNANDES

**DERRUBANDO A PAUTA: DOCUMENTÁRIO SOBRE A VIOLÊNCIA COMETIDA
CONTRA OS JORNALISTAS EM CURITIBA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do grau
de bacharel em Comunicação Social com
Habilitação em Jornalismo ao Centro
Universitário Internacional UNINTER.
Orientador: Prof. Dr. Guilherme Carvalho

CURITIBA

2016

Jesus, Teu nome é força,
É fôlego de vida, Misteriosa água viva.
(Diante do Trono)

RESUMO

O objetivo principal desse trabalho é fundamentar a produção de um vídeo documentário sobre violência contra jornalistas em Curitiba, de modo que, se torne uma ferramenta de informação sobre o tema. Para tanto, diversos profissionais da área foram ouvidos, jornalistas, repórteres cinematográficos e o presidente do sindicato dos Jornalistas do Paraná, a fim de produzir um vídeo documentário que exponha de maneira clara a violência contra jornalistas, pois, as ameaças e agressões são constantes, e os mesmos tem pagado com a própria vida por defender o interesse público. A pesquisa bibliográfica e documental rege todo o levantamento de dados que resultou na escolha das fontes desse produto. Pela extensão do tema, procura-se trazer as principais informações sobre essa violência.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Violência contra jornalistas; Curitiba.

The main objective of this work is to base the production of a video documentary about violence against a journalist in Curitiba so that it becomes an information tool on the subject. In order to do so, several professionals in the area were interviewed, journalists, cinematographic reporter and president of the Union of Journalists of Paraná, in order to produce a documentary video that clearly exposes violence against journalist because the threats and aggressions are Have paid with their own lives for defending public interest. Bibliographical and documentary research governs all data collection that resulted in the choice of sources of this product. By extension of the theme, we try to make the main information on violence.

Key words: *journalism, violence against journalists, Curitiba.*

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Jornalistas que dizem já terem sido vítimas de assédio moral.....	17
Gráfico 2 - Jornalistas que dizem ter sofrido algum tipo de violência.....	18
Gráfico 3- Tipos de agressão verbal.....	18
Figura 1- Capa da cartilha de assédio no Jornalismo.....	19

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 METODOLOGIA.....	11
3 COMPREENDENDO A VIOLÊNCIA	13
3.1 TIPOS DE VIOLÊNCIA	14
3.2 DADOS DA VIOLÊNCIA	15
3.3 ORGANIZAÇÕES DE JORNALISTAS CONTRA A VIOLÊNCIA.....	19
3.4 CASOS DE VIOLÊNCIA.....	21
4 O DIREITO À INFORMAÇÃO	24
4.1 LIBERDADE DE EXPRESSÃO	24
4.2 HERANÇA DA CENSURA	25
4.3 DIREITO DE INFORMAR.....	27
5 DOCUMENTÁRIO.....	29
5.1 PRODUÇÃO DO DOCUMENTÁRIO.....	30
5.2 PRODUZINDO UMA REPORTAGEM.....	35
6 DESCRIÇÕES DO PRODUTO	37
6.1 O VÍDEO DOCUMENTÁRIO.....	37
6.2 A PRÉ-PRODUÇÃO.....	38
6.3 A PRODUÇÃO	38
6.4 A PÓS PRODUÇÃO.....	40
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS SITES.....	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS LIVROS.....	46
APÊNDICE	49

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem por objetivo expor os tipos mais comuns de violência exercida contra jornalista. O trabalho informa o público em forma de um vídeo documentário a ser desenvolvido tendo como base a pesquisa que segue.

Para mostrar a violência na profissão em Curitiba, foram produzidas entrevistas com jornalistas de Curitiba que passaram por perseguição por estar exercendo seu trabalho, são eles: James Alberti, que sofreu ameaça de morte e teve que deixar o estado do Paraná; Mauri König, que denunciou corrupção na polícia civil; João Frigério (repórter cinematográfico), sequestrado por um traficante; Lucio André, que estava gravando uma matéria em uma Praça de Curitiba foi preso pela Polícia Militar; e Gustavo Vidal, atual presidente, que apresentou a categoria no vídeo documentário do SindijorPR (Sindicato dos Jornalistas Profissionais dos Paraná)

O trabalho argumenta sobre a falta de segurança no jornalismo. Segundo a Fenaj (2015) (Federação Nacional dos Jornalistas) em 2015, as ameaças e agressões são constantes e alguns profissionais têm a vida tirada por defender o interesse público. Os crimes contra jornalistas são um atentado à liberdade de imprensa, como explica o documentário produzido em 2015 “Jornalismo e a Violência da profissão”, produzido por estudantes de jornalismo da Universidade Estadual Paulista¹. A violência é uma das maiores preocupações dos profissionais, que além da integridade física e mental, atenta contra o princípio ético do cidadão que tem direito à informação.

A primeira é de ordem individual da integridade física e mental de quem atua no jornalismo e desenvolve uma atividade que apresenta riscos particulares. A segunda questão é coletiva e relaciona-se ao princípio ético ao direito de acesso a informações, compreendido como dever profissional e fundamento para o direito básico de todo cidadão e como valor democrático. (CARVALHO *et al*, 2014, p.1)

O mesmo autor afirma que “a liberdade de expressão é um direito, não da imprensa, mas do cidadão, garantido pela Constituição Brasileira de 1988, no art. 5.º, inciso XIV, ou seja, todo cidadão tem direito de opinar e receber informação.” Um estudo realizado pelo Sindicato dos Jornalistas do Paraná considera o ato de violência

¹ <http://ponte.org/documentario-jornalismo-e-a-violencia-na-profissao/>

a agressão verbal, a agressão física, o assédio moral e sexual. De acordo com o relatório da Fenaj (2015), nos anos de 2013 e 2014, a maior parte por agressões ocorreram por policiais em manifestantes.

O propósito do trabalho é publicar a violência na profissão. Outro objetivo é também de tornar público a informação, pois, a violência contra jornalistas está cada vez mais perceptível nos noticiários e no dia a dia dos profissionais. Os jornalistas enfrentam um dilema conforme o Manual de Segurança dos Jornalistas, "mais de 30 jornalistas são mortos todos os anos no mundo, e os assassinos ficam impunes em quase nove de cada 10 casos." (2014, p.1).

Para o desenvolvimento do trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica com autores em base sobre violência para dar um contexto no geral, violência contra jornalistas com ilustrações em gráficos da pesquisa realizada pelo SindijorPR (2014) sobre violência contra jornalistas no estado do Paraná e dados do Relatório de Violência e Liberdade de imprensa da FENAJ (2015). O próximo tópico é sobre as organizações que apoiam os profissionais, matérias publicadas sobre jornalistas que sofreram violência em toda parte do mundo e Curitiba, inclusive uma breve história sobre a censura e o direito à informação, logo após um capítulo sobre o documentário, descrição do produto e considerações finais.

Também foi realizada uma pesquisa documental feita a partir de matérias publicadas, imagens de internet de agressão contra jornalistas para escolha dos entrevistados.

No primeiro capítulo se faz uma introdução ao estudo, com o propósito de apresentar o objetivo do trabalho que é tornar pública a violência contra jornalistas e, no segundo, se discorre sobre a metodologia aplicada com o objetivo de visar como o trabalho foi desenvolvido do começo ao fim.

O terceiro capítulo trata sobre como compreender a violência contextualizando no geral. De acordo com Costa (2010), a violência em sociedades de contrastes e de valores de oposições como, riqueza e pobreza, coletiva e individual, inclusão e exclusão, bem e mal.

No tópico seguinte, tipos de violência. O objetivo é citar as várias formas de violência, pois, pode ser considerado agressão verbal, agressão física, moral ou psicológica. (SindijorPR, 2014).

No mesmo capítulo há um tópico sobre violência contra jornalistas, com dados da FENAJ do ano de 2015 e uma pesquisa realizada pelo SindijorPR (2014) com o tema violência contra jornalistas representados em gráficos. No Paraná, Brasil e no mundo, existem organizações que apoiam os jornalistas, o que é o tema do próximo tópico.

O capítulo quarto aponta que todos têm direito à informação e que a liberdade de expressão é um movimento importante para o desenvolvimento dos seres humanos e para a sociedade democrática, mas nem sempre foi assim, pois a censura já é um problema histórico. No subtítulo herança da censura, tem um breve resumo da ditadura militar com um comparativo nos dias atuais.

O quinto capítulo apresenta teorias sobre documentário com subtítulos relacionados ao capítulo, e um dos tópicos deste capítulo discorre sobre a reportagem, como o repórter deve conduzir o seu entrevistado e que, para uma boa reportagem, é fundamental uma boa entrevista, como comenta Oyama (2009).

O sexto capítulo é a descrição do documentário. Começa com o tópico, que relata o objetivo do produto depois a pré-produção com as imagens gravadas, uma pesquisa exploratória para escolha dos entrevistados que sofreram ameaças. Na produção se iniciou as gravações com os jornalistas que sofreram ameaças, escolhas de imagens para apoio e a pós-produção com elaboração do roteiro, escolha da trilha sonora. No último capítulo as considerações finais. O documentário foi publicado em um canal do youtube².

² <https://youtu.be/Az4gC4eXk5I>

2 METODOLOGIA

Neste trabalho é realizada uma pesquisa bibliográfica (livros, artigos, periódicos) na qual foram utilizados autores que abordam temas relacionados ao problema citado, outro método usado foi a pesquisa jornalística com apuração de fontes e uma pesquisa documental. A pesquisa documental tem informações sobre a violência ao jornalista do Brasil, Paraná e Curitiba apresentando-se dados de pesquisa realizada em 2015 pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) a uma pesquisa realizada pelo SindijorPR (2014) através de um formulário com um link disponível no site do sindicato onde tiveram resultados sobre assédio moral, se algum jornalista sofreu algum tipo de violência e tipos de agressão verbal em ambientes externos.

A pesquisa bibliográfica foi feita através de livros e artigos indicados pelo orientador. Um dos autores que nortearam o trabalho foi Karam (1997) com “Jornalismo, ética e Liberdade” que comenta sobre a importância social do jornalismo pela sociedade, Nilson Lage (2008) com “A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística” detalhando como é fazer uma boa reportagem entre outros autores.

Na pesquisa jornalística na qual foram escolhidos os jornalistas, repórteres cinematográficos, vítimas da violência em Curitiba, onde foram coletados depoimentos dos profissionais, para conclusão do trabalho. Os entrevistados são: James Alberti jornalista investigativo trabalhou 16 anos na RPC afiliada da rede Globo em Curitiba, já ganhou vários prêmios, Mauri König trabalhou no jornal impresso na Gazeta do Povo como jornalista investigativo, João Frigério repórter cinematográfico da Rede Massa afiliada do SBT (sistema brasileiro de televisão), Lucio André repórter do programa Cidade Alerta transmitido diariamente de segunda a sexta as 18h pela Rictv Record e Gustavo Vidal, atual presidente do SindijorPR (Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná). Este projeto foi pensado em forma de Documentário jornalístico, de caráter informativo com o intuito de conscientização da sociedade sobre o tema proposto, através das próprias palavras dos retratados neste meio. Foram escolhidos esses entrevistados por participarem diretamente dos fatos.

Foi escolhido produzir um documentário jornalístico para informar e levar as pessoas a uma reflexão sobre a violência na profissão.

Ou seja, se por um lado o documentarista dá voz aos seus retratados com o objetivo de levar o espectador a tirar suas próprias conclusões em relação a um tema, por outro, esse mesmo documentarista almeja convencer o público de que a história que está sendo narrada tem uma moral - à semelhança das narrativas literárias. (MELLO, 2001, p.7)

O filme tem a duração de dezessete minutos e dezoito segundos e, para a produção, foi feita uma pesquisa jornalística para colher os principais depoimentos de vítimas de violência na cidade de Curitiba, levantando-se dados referentes. Após a pesquisa bibliográfica, foram marcadas as entrevistas, segundo Robert Yin (2001), as entrevistas são importantes casos, considerando a violência contra jornalistas que as fontes de informação participaram diretamente do assunto abordado. Nas gravações foram usados uma câmera digital HD, microfone lapela, tripé, depois das gravações, realizou-se uma pesquisa documental para anexar no documentário, vídeos da internet com imagens com jornalistas sofrendo violência que vai ser usado como imagens de apoio no documentário.

As gravações foram finalizadas no final do mês de outubro, cada entrevista durou 15 minutos, foi elaborada uma pauta para cada entrevistado seguindo as perguntas desenvolvidas. As imagens foram descarregadas no computador e em um HD. Foi assistido todo material bruto marcando os principais trechos para a montagem do roteiro. Analisadas as imagens baixadas da internet para usar no documentário se iniciou o roteiro. Para edição foi usado o programa *software adobe premiere*, além das imagens de apoio da internet foram usadas imagens de *print* de matérias publicadas dos entrevistados, essas imagens precisaram de um recurso para melhorar a resolução o programa usado foi o *software adobe photoshop*. Em algumas partes do documentário vai ser usado uma trilha sonora instrumental.

3 COMPREENDENDO A VIOLÊNCIA

O termo violência é originário do latim "*violentia*", que significa "veemência", "impetuosidade", e provém da raiz latina, "força" (KAWAMOTO, 2010).

Costa *apud* Menezes afirma que "o termo referia - se mais ao aspecto físico, à ação contrária à ordem da natureza" (2010, p.132). Aristóteles distinguia o movimento segundo a natureza e o movimento por violência:

O primeiro leva os elementos ao seu lugar natural, enquanto o segundo se afasta. Muito tempo depois é que o termo vai ser atribuído à ação contrária à ordem moral, jurídica e política, assumindo também uma dimensão psicológica e simbólica, multiplicando sua variedade para formas mais sutis. (MENEZES *apud* COSTA, 2010, p.132).

O conceito de violência é considerado em caráter múltiplo e atinge a sociedade de várias formas. Para contextualizar a violência, Costa (2010) definiu que na sociedade em um mundo com contraste e de valores em oposição, como, riqueza e pobreza, coletiva e individual, inclusão e exclusão, bem e mal. A violência sempre esteve presente entre os homens.

Isso não significa uma sina ou fatalidade da qual se pode fugir, mas como fenômeno que precisa de uma explicação mais clara para compreender a sua difusão, nas diversas formas que se dá na sociedade, afirma Costa (2010).

Para compreender a violência, "devemos focar entre diferentes níveis. Entre o poder e a violência social: uma crise econômica que leva à devastação é experiência como um poder." (ŽIŽEK, 2008, p.10). Zaluar *apud* Costa define e compreende a violência como uma questão social:

A finalidade ao mapear esses vários sentidos sobre a violência, Zaluar busca definir e compreender essa questão social na contemporaneidade. Primeiro, é importante saber de que violência se fala e com que sentido, segundo de que forma ela se caracteriza na sociedade e os males advindos no contexto social. (COSTA, 2010, p.126)

Amparando-se em Foucault, afirma Carvalho que "A relação do conceito de violência com a de "suplício", aquilo que causa sofrimento, cuja punição visa o atendimento de determinados interesses e que caracterizam o uso do poder".

(CARVALHO, 2015, p.3). Porém a violência não é só um a questão social e, segundo a organização mundial da saúde (OMS):

O uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (DAHLBERG; KRUG, 2006).

De acordo com Carvalho (2015) *apud* Governo Brasileiro (2001) “Violência consiste em ações humanas individuais, de grupos, de classes, de nações que ocasionam a morte de seres humanos ou afetam sua integridade e sua saúde física, moral, mental ou espiritual”.

3.1 TIPOS DE VIOLÊNCIA

A violência, para Dahlberg e Krug (2006), faz parte do cotidiano do ser humano e muitas pessoas sofrem ferimentos não fatais resultantes de agressão ou violência coletiva. A Organização Mundial da Saúde (OMS) evidencia que a violência pode ser considerada como: agressão verbal, agressão física, o assédio moral e sexual.

A violência provoca consequência física, moral ou psicológica, mesmo não havendo intenção. As mais comuns, entre os profissionais da comunicação, são ameaças verbais, conforme explica Carvalho (2015).

A tática implica em uma tentativa de amedrontar, coagir ou mesmo impedir fisicamente que jornalistas possam ter acesso a determinadas informações e consigam publicá-las. Nesse último caso, caracteriza-se o uso do poder para impedir o trabalho jornalístico. Implica, também, o uso de força física ou por meio de armas letais ou não letais sobre aquele que sofre violência. Nesse caso, observam-se práticas como o impedimento de acesso a determinado espaço, agressões físicas que podem causar ferimentos ou agressões físicas que podem causar a morte. (CARVALHO, 2015, p.6)

Outra prática de violência usada é o assédio moral e sexual, “A palavra assédio vem do latim “*assedi*”, que remete aos tempos do Império Romano quando se realizavam operações militares em frente ou ao redor de uma praça de guerra para intimidar o inimigo”. (CARVALHO, 2015, p. 7).

Cabe citar que, os assédios morais e sexuais são os mais cometidos no ambiente profissional com objetivo de conseguir alguma coisa.

Carvalho (2015), afirma que “os atos agressivos e hostis, contínuos e repetitivos, que caracterizam o assédio moral, são uma forma de violência, a psicológica, e causam uma vivência de humilhação e constrangimento que afeta a dignidade humana”. Por outro lado, o assédio sexual é a mais constrangedora e violenta e, na maioria das vezes, as vítimas são mulheres.

Além de o assédio ser uma das formas de violência, pode afetar a saúde psicológica e causar doenças como depressão, por exemplo. Segundo Carvalho (2015), “os tipos de assédio trazem consequências para a saúde psicológica, principalmente, ao causar sofrimentos que causam doenças como a depressão” por consequência desse fato é um dos tipos de violência mais difíceis de serem identificados.

3.2 DADOS DA VIOLÊNCIA

A violência contra jornalistas está cada vez mais comum no Brasil. Em 2015 ocorreram duas mortes e outros 135 casos de violência, que vão de agressões físicas à restrição da liberdade de imprensa por meio de ações judiciais. (FENAJ, 2015).

Assim também resulta a violência contra jornalistas que, segundo o relatório da Fenaj (2015), entre os anos de 2013 e 2014 a maior parte das agressões ocorreu por parte de policiais e manifestantes, relata o Sindicato de Jornalistas do Brasil. De acordo com o “manual de segurança para jornalistas” o mundo é um lugar cada vez mais perigoso para os jornalistas. Em média, mais de 30 jornalistas são mortos todos os anos, e os assassinos ficam impunes em quase nove de cada 10 casos.” (DAHLBERG; KRUG, 2006, p.1).

O ano de 2015 foi um ano violento comparado ao de 2014, pois foram registrados 137 casos, oito a mais do que em 2014.

Segundo Fenaj (2015) os dois casos de assassinatos de jornalistas do Brasil em 2015, foram do sexo masculino.

A violência contra jornalista tem, em geral, um mesmo propósito: evitar que determinadas informações sejam veiculadas. (...) os casos que chegam a

agressão física ou mesmo assassinato, geralmente constituem uma última etapa das formas de violência, decorrentes da insistência do jornalista em realizar seu trabalho mesmo depois de ser ameaçado. (CARVALHO, 2014, p. 6)

Os números de agressões contra jornalistas no Brasil somaram 16 casos de agressões verbais, 28 casos de ameaças, nove ofensas ou agressão verbal, 13 ocorrências de impedimento do exercício da profissão, nove à liberdade de expressão por meios de ações judiciais, oito prisões e, ainda, um caso de censura. A FENAJ (2015) acrescenta também os números de violência por regiões no Brasil. A região Sudeste foi a mais violenta, com 59 registros. A segunda região foi a nordeste com 29 casos contra a categoria. A região norte teve 22 registros de ocorrências, no Sul com 18 casos de violência e no centro-oeste com 11 casos.

Os dados da FENAJ são números significativos, pois os dados são números baixos. Muitos jornalistas que sofreram ameaças não fazem o boletim de ocorrência, e não informam a Fenaj nem o Sindicato.

A violência contra jornalistas apresenta-se também como uma questão coletiva, pois implica em uma obstrução ao princípio ético de direito ao acesso à informação. Além de um dever profissional e basilar para o direito de todo cidadão, este princípio é fundamental à democracia. Existe na violência contra jornalistas, portanto, uma ameaça ao funcionamento do próprio sistema democrático, que tem na comunicação de massa — esta exercida pelas grandes mídias generalistas e cujo agente central é o jornalista — um de seus pilares. (WOLTON *apud* PORTELA, 2000).

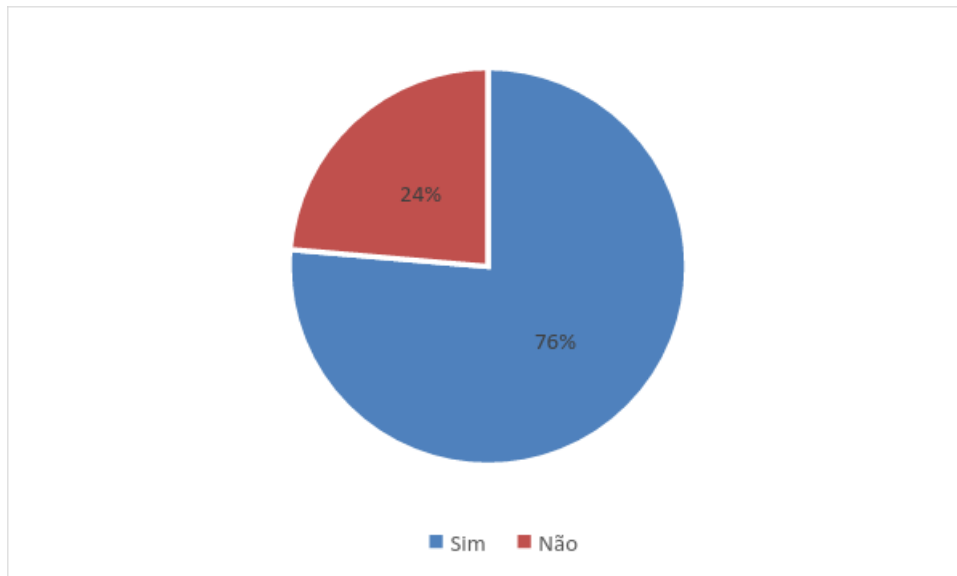
Segundo a publicação do site da ONUBR (2016): “um jornalista é morto por semana, no mundo, simplesmente por fazer seu trabalho”. (2015).

Entre 2002 e 2015 mais de 900 jornalistas foram mortos segundo a ONU, *apud* ONG Repórteres Sem fronteiras. De acordo com o site da ONU, como mostra o Relatório sobre as Tendências Mundiais em Liberdade de Expressão e Desenvolvimento da Mídia da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) vários casos de violência contra jornalistas continuam impunes.

Além dos dados da FENAJ (2015), uma pesquisa difundida pelo SindijorPR por meio de um formulário com um link disponível no site do sindicato no ano de 2014 obteve resultados sobre assédio moral, se algum jornalista sofreu algum tipo de violência e tipos de agressão verbal em ambientes externos.

Na realizada pelo SindijorPR no ano de 2014, o gráfico 01 afirma que 76% dos profissionais dizem ter passado por esse tipo de violência.

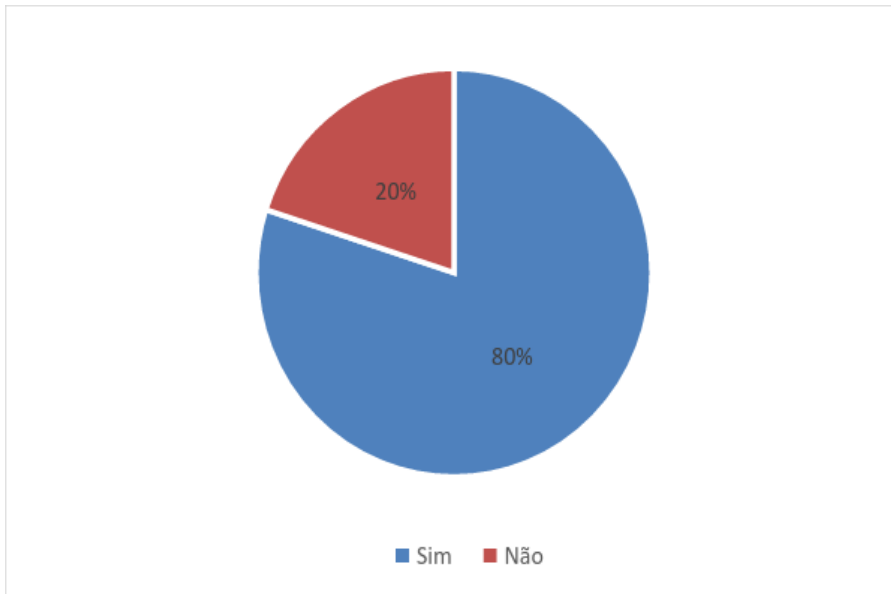
Gráfico 1 - Jornalistas que dizem já terem sido vítima de assédio moral.



Fonte: Violência contra Jornalistas: Dados de uma pesquisa no Paraná (SindijorPR, 2014).

Mas não é apenas o número de assédio moral que está elevado, o gráfico 02 mostra os dados da pesquisa em que 80% de jornalistas já sofreu algum tipo de violência, um número preocupante para categoria.

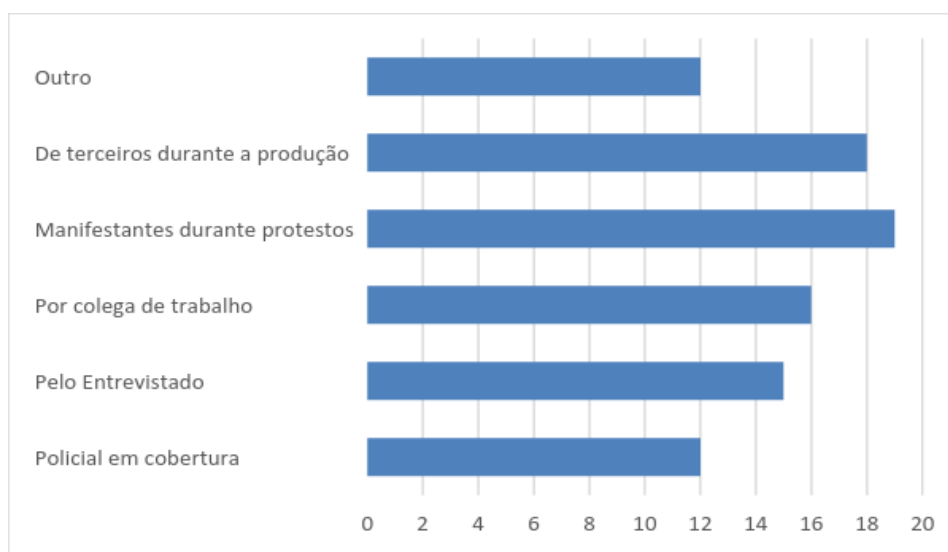
Gráfico 2 - Jornalistas que dizem ter sofrido algum tipo de violência.



Fonte: Violência contra Jornalistas: Dados de uma pesquisa no Paraná (SindijorPR, 2014).

O gráfico 03 da pesquisa aponta para os tipos de agressão verbal na qual os jornalistas dizem ser vítima enquanto trabalhavam em ambiente externo. Dados representados no gráfico.

Gráfico 3- Tipos de agressão verbal (xingamento, ameaças, humilhação) da qual os jornalistas dizem já terem sido vítimas enquanto trabalhava em ambiente externo.



Fonte: Violência contra Jornalistas: Dados de uma pesquisa no Paraná (SindijorPR, 2014).

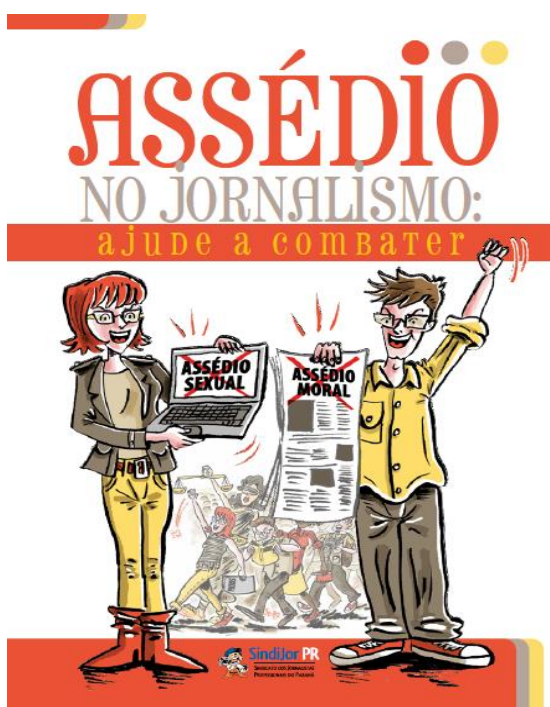
Os números de jornalistas agredidos a maioria são em protestos e por manifestantes. De acordo com o gráfico 03 e como afirma Carvalho “a respeito dos tipos de violência relacionados à agressão verbal da qual os jornalistas foram vítimas, a maior parte relata que partiram de manifestantes durante protestos, seguido de terceiros durante a produção de reportagem.” (2014, p.10).

3.3 ORGANIZAÇÕES DE JORNALISTAS CONTRA A VIOLÊNCIA

Existem organizações que apoiam os jornalistas vítimas da violência em geral. Em Curitiba, o Sindicato dos jornalistas profissionais do Paraná (SindijorPR) representa e defende os interesses da categoria em todo o estado.

Depois da observação da pesquisa sobre a violência contra jornalistas, é uma evidência que o problema existe e incomoda os jornalistas, por isso o SindijorPR lançou uma cartilha no ano de 2015, que ajuda a combater o assédio no jornalismo.

Figura 2- Capa da cartilha de assédio no Jornalismo. SindijorPR (2015)



Fonte: <http://SindijorPR.org.br/noticias/5742/sindijor-lanca-a-cartilha>

As Nações Unidas (2015) tem como objetivo criar um plano de ação para segurança de jornalistas e a questão da impunidade, que será implantada em diversos países, inclusive no Brasil. O foco é “criar um ambiente livre e seguro para todos os profissionais de mídia, em situações de conflito ou não, fortalecendo a paz, a democracia e o desenvolvimento em todo o mundo”. (ONU, 2015). Por atos de violência e pelo assassinato de dois jornalistas franceses no Mali, segundo o portal G1 (2013), “Os dois jornalistas, da *Radio France, Internationale* (RFI), foram sequestrados depois de entrevistar Ambeiry Ag Rhissa, morador de Kidal e representante do grupo separatista local MNLA Tuareg”. (GLOBO, 2013). A ONU definiu 2 de novembro como o dia internacional pelo fim da impunidade dos crimes contra jornalistas, o que foi proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas para destacar a necessidade urgente de proteger os jornalistas (ONUBR, 2016).

Dentre as organizações de jornalistas que demonstram preocupação com a questão da violência estão a FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas) e os Sindicatos de Jornalistas, os quais recebem denúncias sobre casos de violência

contra jornalistas e, além disso, cobram das autoridades, medidas de proteção aos profissionais. O relatório sobre a violência e a liberdade de imprensa no Brasil declara que “A FENAJ e os Sindicatos dos Jornalistas dizem não à intolerância, ao autoritarismo, à prevalência de interesses privados em detrimento do interesse público no Jornalismo e a qualquer forma de violência contra a categoria”. (CARVALHO, 2015, p. 70). Além dessas organizações, ainda conta-se com a ABRAJI (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo), fundada em 2002 por profissionais do jornalismo. (ABRAJI, 2016). A partir do mês de junho do ano de 2014 a ABRAJI disponibilizou um guia para repórteres, dirigido principalmente para profissionais agredidos durante os protestos de 2013. O manual de segurança para coberturas de protestos, em português e inglês e cujo objetivo é oferecer informações úteis para que o jornalista se proteja e tente evitar possíveis agressões.

Além dessas organizações existe também o Comitê de proteção ao jornalista (CPJ) que fornece um suporte pessoal de apoio ao jornalista em situação de risco. O comitê de proteção ao jornalista oferece todo suporte a jornalistas feridos, presos ou forçados a fugir como explica o site da organização. O CPJ é a principal organização voltada para a violência, no site³ tem uma série de matérias públicas, dados sobre agressões contra jornalistas, listas de profissionais assassinados em cada país.

3.4 CASOS DE VIOLÊNCIA

Nesse capítulo citam-se os casos de violência contra jornalistas que tiveram mais repercussão. A cidade de Curitiba registra vários casos de violência com jornalistas, segundo Pereira (2015). Como foi publicado em uma matéria do site Terra (2015) o repórter James Alberti (RPC), que estava em Londrina, no interior no Paraná, apurando um esquema de corrupção, foi ameaçado de morte, por telefonema, avisando a ameaça que aconteceria um assalto a uma churrascaria. O repórter foi enviado para fora do estado, com destino não divulgado.

De acordo com o site Comitê de Proteção ao Jornalista (CPJ), o jornalista Mauri König que trabalhava na redação da Gazeta do Povo, publicou uma série de matérias

³ Site do CPJ (Comitê de proteção ao jornalista) <https://www.cpj.org/pt/>

investigativas sobre a corrupção na Polícia Civil e, segundo o que foi publicado no CPJ², as ameaças começaram logo após a publicação das reportagens, com comentários anônimos em um blog frequentado por policiais que o classificaram como "Inimigo Público Número Um". "König disse que [...] um dos telefonemas, alguém que se identificou como policial, mas não quis dizer o nome, advertiu sobre um plano para matar" e mais "falou que vários policiais do Rio de Janeiro haviam chegado a Curitiba e planejavam metralhar a sua casa." (CPJ, 2012).

Outro caso ocorrido foi com a repórter Paola Manfroi (RPCTV). Um pronunciamento do Deputado Estadual Edson Praczk (PRB), criticou a matéria da repórter que falava do bloqueio judicial dos bens e de um assessor. Segundo o Portal do G1, o deputado acusou a repórter de praticar troca de favores para conseguir informações privilegiadas, que deveriam ser mantidas em segredo de justiça. O SindijorPR se manifestou sobre o caso "as jornalistas que cumpriam com o seu dever, questionando as irregularidades apontadas pelo Ministério Público (MP). Desta vez, porém, há o sério agravante do machismo." (GLOBO, 2015).

O repórter cinematográfico Jonathan Murpf (TV Tarobá de Cascavel) foi vítima de agressão enquanto fazia imagens dentro do gabinete do Deputado Estadual, Gilberto Ribeiro.

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público (MP), cumpriu mandado de busca e apreensão no gabinete de Ribeiro, na 3.^a Vice-Presidência da Assembleia Legislativa, ocupada por ele, e na residência do político. O órgão apura denúncias de que o deputado se apropriou de parte dos salários depositados a pelo menos duas servidoras da Casa. (LAGINSKI, 2016)

Em uma entrevista para o SindijorPR, Murpf afirmou que:

Não havia a necessidade de agredir ou de nos xingar. Eu e o Alan Medeiros (repórter que estava cobrindo o assunto) só estávamos fazendo o nosso trabalho. Ele (assessor) alega ser da imprensa, mas, não entendo como pode agir assim com um colega de profissão?! (LAGINSKI, 2016)

O repórter Gladimir Nascimento, no ano de 2009 diretor de jornalismo da rádio Band News Curitiba, foi demitido por "pressão política". Segundo publicado no site do SindijorPR (2009) o diretor foi comunicado do seu desligamento nas férias porque a rádio estaria sofrendo uma pressão por parte dos Deputados Estaduais que não

gostaram do comentário do âncora. Na Assembleia Legislativa do Paraná houve uma sessão de madrugada discutindo a aposentadoria especial deles, receberiam uma aposentadoria de R\$10,2 mil por mês. Ao saber do assunto, Gladimir, criticou duramente os deputados e fez o seguinte comentário “Elegemos os políticos para serem representantes do povo e eles nos surpreendem como ladrões de galinha”.

Após a saída de Nascimento, outros profissionais, pela mesma razão, foram demitidos: Denise Mello, Patrícia Thomaz e Dayane Figueiró (SindijorPR, 2009).

Nas manifestações de 2014 o repórter cinematográfico Santiago Andrade da rede bandeirantes foi atingido por um rojão quando registrava imagens do confronto entre manifestantes e policiais no Rio de Janeiro contra o aumento da passagem de ônibus (GLOBO, 2014). Segundo o Portal G1, após a divulgação das imagens registradas por fotógrafos, o suspeito que acendeu o rojão foi reconhecido. O repórter não resistiu e teve morte cerebral.

Um dos casos de maior repercussão de violência contra jornalistas, foi a morte de Tim Lopes. Em 2002 o repórter recebeu denúncias sobre abusos de menores e tráfico de drogas em um baile *funk*, na Vila Cruzeiro, na cidade do Rio de Janeiro. Lopes foi sequestrado, torturado, julgado e executado por traficantes e o corpo foi carbonizado numa fogueira de pneus conhecido como micro-ondas Globo (2016).

4 O DIREITO À INFORMAÇÃO

Esse capítulo argumenta que todos têm direito à informação, mas nem sempre foi assim pois a censura é um problema histórico. A liberdade de expressão é um movimento importante para o desenvolvimento do ser humano e para uma sociedade democrática. A liberdade de informar está na Constituição Federal em seu artigo 5º, inciso XIV, ressalta que “é assegurado a todos o acesso à informação”.

4.1 LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Segundo Melo (2004), a liberdade de expressão é um movimento dos mais importantes para o desenvolvimento humano e para existência de uma sociedade democrática, já registrado em 1789 e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, assumindo múltiplas formas, meios e maneiras para se comunicar.

Completando o raciocínio, vale destacar o entendimento de Melo:

Sendo assim, percebe-se que a liberdade de informação jornalística reflete-se tanto no plano individual, abarcando o direito de informar (como expressão da liberdade de manifestação do pensamento), como sob o prisma coletivo, já que inclui o direito do povo a ser bem informado e a se informar – trazendo à tona a tese sobre o direito social indisponível, que poderia ser chamado de “direito difuso à informação verdadeira”. Feitos os esclarecimentos iniciais acerca da evolução da perspectiva de proteção à liberdade de imprensa para a proteção do direito à liberdade de informação jornalística, cabe agora, apresentar o sistema normativo constitucional referente a tal liberdade. (MELO, 2004, p.35)

No Brasil, afirma Pena (2008), o juiz Luiz Gustavo Grandinetti em sua tese de doutorado, se referiu à liberdade de expressão como “sub-ramo do direito civil, com assento constitucional”.

Na época da monarquia não existia a liberdade de expressão no Brasil. Em 1808, suspendeu-se a proibição, não existindo, no entanto, a livre atividade de imprensa.

A revogada Lei de imprensa (Lei nº 2.083, de 12 de novembro de 1953) restringia o conceito de imprensa aos jornais e periódicos, ficando os demais impressos para a esfera do direito comum. A atual Lei de Imprensa (Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967) inovou o conceito tradicional de imprensa e

nele incluiu os serviços de radiodifusão e as agências de notícias. (LEYSER, p.3, 1999)

A liberdade de informação é um instrumento eficaz da democracia, “com ela pode-se conter muitos abusos de autoridades públicas, motivo pelo qual, há muito tempo a defesa desse direito fundamental é considerada prioridade na sociedade.” (ROSPA, 2011).

4.2 HERANÇA DA CENSURA

A censura é um problema histórico no Brasil que vem desde o império e marcou a história. De acordo com Mello (2005) a censura chegou ao Brasil no período do Império com os movimentos militares e a ditadura de Vargas em 1937 e com a mordada aos periódicos.

Nos oito anos da ditadura Vargas, o jornalismo político foi dizimado. Na ditadura instaurada a partir de 1937, leis foram publicadas para dar justificativa ao controle estatal da comunicação. Primeiro, a Lei de Segurança Nacional, e em seguida o ato institucional nº 5. (MELLO, ANO 2005, p.15)

A luta pelo direito à informação na ditadura foi bastante acirrada no período da ditadura militar. A partir de março de 1964, com a cassação dos direitos de quem se opunha ao regime, e com a violação de liberdades individuais, explica Nascimento (2013). Esse período foi marcado por um forte sistema autoritário, quando Emílio Garrastazu Médici assumiu a Presidência da República e ficou conhecido como “os anos de chumbo”.

Logo de início, interligou todos os escritórios relacionados ao Serviço Nacional de Informações (SNI). Com essa ligação entre os aparelhos do Estado - com todos eles funcionando a plena potência, além dos sistemas de vigilância estarem sendo administrados por profissionais treinados nos Estados Unidos - a repressão aos movimentos de esquerda se intensificou. (NASCIMENTO, 2013, p. 5,).

Na época, pessoas eram torturadas e até mortas sob o comando do Estado. Várias formas de expressão foram censuradas: jornais, revistas, livros, peças de teatro, filmes, músicas e outras formas de expressões artísticas foram impedidas de

serem divulgadas e, de outro lado, ocorriam atentados e sequestros praticados pelos movimentos guerrilheiros (NASCIMENTO, 2013).

Além das agressões, a ditadura estabeleceu períodos durante os quais restringia qualquer tipo de informação:

Em um primeiro momento, entre 1968 e 1975, a censura assume um caráter amplo, agindo indistintamente sobre todos os periódicos. De 1968 e 1972 tem-se uma fase inicial em que há uma estruturação da censura, do ponto de vista legal e profissional, e em que o procedimento praticamente se restringe a telefonemas e bilhetes enviados às redações. Na segunda fase (de 1972 a 1975) há uma radicalização da atuação censória, com a institucionalização da censura prévia aos órgãos de divulgação que oferecem resistência. Observa-se que em parte desse período o regime político recrudescer em termos repressivos, momento em que o controle do Executivo pertence aos militares identificados com a “linha-dura”. O ano de 1972 marca a radicalização e a instauração da censura prévia, e coincide com a discussão da sucessão presidencial que levará à escolha do general Ernesto Geisel, oriundo da ala militar da “Sobornne” e que terá uma grande dificuldade de aceitação por parte dos militares da “linha-dura”. Estes prosseguirão controlando altos cargos (por exemplo, o Comando do II Exército em São Paulo), durante algum tempo. Entre 1975 e 1978, observa-se que a censura passa a ser mais restritiva e seletiva: lentamente vai se retirando dos órgãos de divulgação, bem como diminuem de intensidade as ordens telefônicas e os bilhetes às redações. (AQUINO *apud* NASCIMENTO, 1999, p. 212)

No ano de 1968, o general Jayme Portella de Mello, que foi chefe do gabinete militar do governo Costa e Silva, “determinou a polícia Federal que se preparasse para calar as emissoras de rádio e televisão e enviar censores aos jornais do Rio e de São Paulo”. (REMIÃO,2007). No Rio de Janeiro e em Brasília, dois jornalistas foram presos, Carlos Castello Branco e Osvaldo Peralva e, no ano de 1968, os responsáveis pela censura nas redações realizavam uma fiscalização nos meios de comunicação. Afirma Remião (2007).

[...] o general Jayme Portella de Mello “determinou a polícia Federal que se preparasse para calar as emissoras de rádio e televisão e enviar censores aos jornais do Rio e de São Paulo”.³⁸ Em Brasília, foi preso o jornalista Carlos Castello Branco; no Rio de Janeiro, Osvaldo Peralva, diretor do jornal *Correio da manhã* ³⁹também foi preso. Em 13 de dezembro de 1968, os encarregados da censura invadiram as redações e realizaram uma blitz geral. As prisões da véspera “foram atos de violência destinados muito mais a garantir o sucesso do golpe do que a assegurar a permanência do regime”. (REMIÃO, 2007, p. 7)

A Constituição de 1988 estabeleceu o “fim” da censura, estabelecendo, no inciso IX do artigo 5º que “é livre a expressão da atividade intelectual, artística,

científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença” e também no parágrafo 2º, do artigo 220, no capítulo reservado à comunicação social, afirma a Carta Magna que “é vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.” Conforme Remião (2007), a censura da ditadura deixou uma herança, segundo o artigo publicado no site do SindijorPR, por Carvalho (2014):

Há quem diga que vivemos em um período de liberdades democráticas. Essas considerações geralmente estão relacionadas a uma análise comparativa com um dos períodos mais sombrios da história brasileira e, sem dúvida, se comparados os dois momentos, em seu conjunto, representam extremos.

Isso faz perceber que, ainda hoje, esta herança mostra alguns resquícios que podem ter permanecido em algumas mentes, ou seja, não se pode comparar outros períodos com os atuais. Hoje vemos uma censura diferenciada, onde alguns veículos de comunicação omitem algumas reportagens ou obrigam jornalistas a escrever matérias para beneficiar “parceiros”, ou seja, há manipulação e censura da parte dos poderosos. Segundo o portal de notícias Zun publicado em 2011.

A justificativa para a censura oficial expressa a visão conservadora, que vê como risco a possibilidade de uma transformação por meio da circulação de ideias. Os tempos são de mudança, mas os intelectuais ainda permanecem presos ao poder. (Abreu,2005, p.182)

Para Cabral (2011) o controle sobre a informação e sobre o trabalho dos jornalistas sofreu modificações, porém, para Mattos (2005) mesmo com o fim da ditadura com a implantação da constituição de 1988 a censura continua sendo praticada no Brasil aos meios de comunicação, o autor descreve novas ameaças à liberdade de imprensa e tentativas de controlar a imprensa.

4.3 DIREITO DE INFORMAR

Segundo Karam (1997, p.15), “a defesa do direito social à informação implica em argumentar que a informação, ao constituir simbolicamente mundo, deve expressar a diversidade conceitual com que ele se forma cotidianamente”. Guerra e Amaral afirmam que “o direito de informar ou de informar sem obstáculos consiste

num poderoso meio para o desenvolvimento de debates públicos, permitindo que os indivíduos articulem fatos e informações livremente. ” (GUERRA; AMARAL, 2009, p.13)

Pela Constituição está claro que o direito de informar, afasta qualquer tipo de censura.

A preocupação principal da Constituição foi a de cercar o direito de informar, de garantias que afastam qualquer tipo de obstrução, censura, cerceamento ou embaraço. O direito de informar tem, neste Sentido, uma feição negativa, embora seja assegurado por uma norma permissiva. (GUERRA; AMARAL, 2009, p. 4)

Além do direito de informar, a Constituição Federal em seu artigo 5º, inciso XIV, ressalta que: “é assegurado a todos o acesso à informação” seja ela contra ou favorável. Karam (1997), destaca a importância da informação, a qual não é útil apenas para sabermos daquilo que acontece no mundo, mas para que o cidadão possa ter um posicionamento opinativo diante dos acontecimentos, e o mesmo autor menciona, como exemplo, para saber se vamos ficar vivos ou vamos morrer.

Karam destaca que “o direito social à informação não pode, simplesmente, estar submetido à lógica e limites dos interesses políticos, financeiros e mercadológicos por onde transita, atualmente, o mundo da comunicação. ” (KARAM, 1997, p. 26). No livro, “Jornalismo, Ética e Liberdade”, Karam explica que, no direito social à informação, existem dois tópicos importantes: a democratização dos meios de comunicação “ampliando tanto a pluralidade e diversidade de fontes quanto de propriedade, incluindo a segmentação e regionalização da produção. ” (KARAM, 1997, p. 27) e a mudança da noção ética da profissão “mesmo na estrutura informativa atual, que envolve um compromisso moral radical do profissional jornalística específico com sua atividade”.

Oliveira (2008) destaca que toda pessoa tem direito à informação, a qual está intimamente relacionada com a dignidade da pessoa humana e ao desenvolvimento de toda coletividade. Ana Paula Martins *apud* Oliveira, (2009, p. 18), diz que o acesso à informação é “essencial para o desenvolvimento social”.

Carvalho (2015) comenta que não basta apenas preservar o direito de se expressar, mas proteger o direito do cidadão de se informar. Carvalho (2015) *apud*

Bucci, defende a liberdade como um direito do jornalista, não só, enquanto profissional, mas sim como um dever:

Os jornalistas e os órgãos de imprensa não têm o direito de não ser livres, não têm o direito de não demarcar a sua independência a cada pergunta que fazem, a cada passo que dão, a cada palavra que escrevem; cultivar, exercer e tornar cada vez mais explícita a liberdade com que exercem o seu ofício é o primeiro e o mais alto dever dos profissionais da imprensa; os jornalistas devem recusar qualquer vínculo, direto ou indireto, com instituições, causas ou interesses comerciais que possa acarretar – ou dar a impressão de que venha a acarretar – a captura do modo como veem, relatam e se relacionam com os fatos e as ideias que estão encarregados de cobrir. (CARVALHO *apud* BUCCI, 2015, p.10-11)

No que se infere que mais que apenas direito, a informação é dever, do cidadão e, principalmente do jornalista, cuja função precípua é divulgar a informação.

5 DOCUMENTÁRIO

Nesse capítulo trata do documentário como formato de produção audiovisual que mostra fatos reais ou imaginários onde há uma diversidade muito grande de tendência e estilos. Observa-se que o vídeo documentário é um gênero jornalístico, sendo uma linguagem regularmente utilizada no cinema.

As definições do documentário são variadas nos aspectos gênero e tipo e a função do vídeo documentário é reconhecida pelos documentaristas que acreditam no objetivo de criar um elo entre os telespectadores e realizar a obra de forma a permitir uma empatia capaz de proporcionar uma reflexão sobre os fatos.

O documentário se relaciona com as maneiras pelas quais o vídeo e o filme documentário falam do mundo; defende uma causa ou apresenta um argumento, com a “voz”. (NICHOLS, 2010, p.116).

Segundo Nichols (2010), ninguém teve a intenção de construir uma tradição documentária. Para construir uma história do documentário o interesse dos cineastas e escritores não era abrir um caminho livre e desobstruído para o desenvolvimento de uma tradição documental que ainda não existia. Alguns trabalhos se consolidaram no que se denomina documentários, mas obscurecem o limite indistinto entre ficção e não ficção.

A tradição do documentário está profundamente enraizada na capacidade de ele nos transmitir uma impressão de autenticidade. E essa é uma impressão forte. Ela começou com a imagem fílmica bruta e a aparência de movimento: não obstante a pobreza da imagem e a diferença em relação à coisa fotografada, a aparência de movimento permaneceu indistinguível do movimento real. (NICHOLS, 2010, p. 20)

Para Nichols (2010), todo filme é documentário, mesmo a mais extravagante produção evidencia a cultura que a produziu e reproduz a aparência das pessoas que fazem parte dela. Neste caso, existem dois tipos de filmes: Aqueles de pura ficção e documentários de satisfação de desejo, que são normalmente chamados de ficção e são filmes que expressam de forma tangível nossos desejos e sonhos e também nossos pesadelos e terrores, tornando-se concretos, visíveis e audíveis, os frutos da imaginação; expressam tudo aquilo que desejamos, ou teremos o que a realidade seja ou possa vir a ser.

Um dos aspectos dominantes desse gênero cinematográfico vem dessa relação de registro, documentação e captação do real que passa ao documentário certa “autoridade” e “legitimação”. Para Magalhães Junior (2010), o documentário deve ser vinculado à realidade, por ser uma representação da realidade, mas nunca a realidade em si.

Lembra-se que, diferente da ficção, o documentário deve estar vinculado ao que realmente ocorreu, sabendo que nunca se estará frente a frente com o mesmo instante documentado e sim com o sentido que o produto concebeu, mas que a percepção transmitida pode fazer o espectador ver o mundo de forma diferente, trata-se de um sentido que gera sentidos. Um filme é possibilidade da constituição de novos sentidos. (MAGALHÃES JUNIOR, 2010).

5.1 PRODUÇÃO DO DOCUMENTÁRIO

A produção de um vídeo documentário traz para os espectadores, sensações e representações auditivas que não são transmitidas por livros e artigos.

Os documentários mostram aspectos ou representações auditivas e visuais de uma parte do mundo histórico. Eles significam ou representam os pontos de vista de indivíduos, grupos e instituições. Também fazem representações, elaboram argumentos ou formulam suas próprias estratégias persuasivas, visando convencer-nos a aceitar suas opiniões. Quanto desses aspectos da

representação entra em cena varia de filme para filme, mas a ideia de representação é fundamental para o documentário (NICHOLS, 2009, p.30).

De acordo com Moletta (2009), o documentário trata de contar a história de um personagem em um tempo curto. O autor afirma que o importante também é usar do modo certo os equipamentos, escrever o roteiro que possa ser produzido, ter uma boa fotografia e, o principal, produzir sem dinheiro.

Segundo Gomes (2001), o documentário, pode-se dizer que é uma grande reportagem, por ir fundo nas investigações, em personagens e histórias. Para Nichols, o documentário defende um ponto de vista:

A lógica que organiza um documentário sustenta um argumento, uma afirmação ou uma alegação fundamental sobre o mundo histórico, o que dá ao gênero sua particularidade. Esperamos nos envolver com filmes que se envolvem no mundo. Esse envolvimento e essa lógica liberam o documentário de algumas das convenções em que ele se fia para criar um mundo imaginário. A montagem em continuidade, por exemplo, que opera para tornar invisíveis os cortes entre as tomadas numa cena típica de filme de ficção, tem menos prioridade (NICHOLS, 2009, p.57).

As tomadas de planos, o planejamento de como deverá ser construído o documentário, os locais onde serão gravadas as cenas, que imagens serão editadas, estas é que serão as funções do jornalista. Claro que com o propósito de reconstruir a história, de maneira que, quem vá assisti-la possa compreender e tirar suas próprias conclusões perceptivas sobre o assunto.

No início das gravações desse documentário foi feito como Molletta (2009) explica, conferir os locais de gravações: o produtor deve receber e orientar os entrevistados e explicar exatamente o que vai perguntar.

Segundo Moletta (2009), para a estrutura da história o importante é ter imagens fortes para criar um roteiro. O próximo passo é estruturar a organização das imagens, o que é fundamental para gravar o documentário. Para Moletta (2009, p. 23), “As imagens iniciais (geradoras precisam ser transformadas em ações que possam ser vistas ou ouvidas pelo público, que possibilitem ao personagem seguir uma trajetória dentro da história) ”.

Antes de desenvolver o enredo, é necessário ter amplo conhecimento da fábula da sua história. Para Aristóteles, tudo aquilo que pode ser tirado do enredo sem prejudicar a história não pertence a ela. Assim, uma história

paralela deve sempre estar diretamente ligada à história principal. Além disso, é preciso lembrar cada história tem dinâmica e coerência próprias, por isso nem tudo cabê em um roteiro. A estrutura da história e o personagem é que determinam isso. (MOLETTA, 2009, p. 23)

Terminadas as gravações, o vídeo deverá ser editado de acordo com a entonação dada nas entrevistas pelas fontes. De acordo com o estudioso Bill Nichols (2010), existem modos de se fazer cinema e documentário. O modo poético enfatiza associações visuais, qualidades tonais ou rítmicas, passagens descritivas e organização formal. Esse modo é muito próximo do cinema experimental, pessoal ou de vanguarda.

A intensidade da tomada documentária estabelece os parâmetros que vão conformar a imagem do popular, oscilando constantemente para as dimensões de um horror carregado de miserabilismo. O popular criminalizado surge na tela com imagens exasperadas, cheias de tensão, envolvendo a representação explícita, e em detalhe, dos aspectos mais degradantes da vida cotidiana das parcelas mais pobres da população brasileira. A criminalização e o miserabilismo são, portanto, pedras angulares na representação do popular no documentário brasileiro contemporâneo, calcadas na clivagem social que compõe, em essência, a sociedade brasileira (RAMOS, 2008, p.210).

“A montagem e a finalização de uma curta-metragem são etapas da pós-produção” (MOLETTA, 2009, p.111). Portanto, começa a edição do material, que é retirar pequenos trechos para que o público assista somente o necessário. Editar exige mais que uma técnica, é essencial um olhar artístico.

Ao assistir ao material bruto, diretor editor podem trocar ideias sobre a edição do vídeo, o ritmo de cada cena, os efeitos visuais e sonoros da montagem e etc. Essa discussão é muito importante, uma vez que o editor é, mais que um técnico, um criador, necessitando por isso conhecer a visão do diretor para conhecer uma edição mais adequada ao conceito do vídeo. (MOLETTA, 2009, p. 113)

Na edição do documentário foram usadas imagens de internet de violência contra jornalistas e imagens de apoio, que foram capturadas para dar um envolvimento mais direto na produção do mesmo.

Trabalhando com imagens manipuladas digitalmente, tomadas com câmeras minúsculas e ágeis, o documentário contemporâneo possui uma linha

evolutiva que permite enxergar a totalidade de tradição (RAMOS, 2008, p. 21).

O documentário dá voz à história. Envolve o telespectador com o olhar do entrevistado, com o semblante, as expressões faciais, corporais, ao mesmo tempo em que mostra imagens de um acontecimento real, que foi vivido e experimentado. A voz passa emoção. No documentário, conforme a teoria de Nichols, a voz pode defender uma causa, apresentar um argumento, bem como transmitir um ponto de vista, uma perspectiva. “Os documentários não são feitos para entreter como se fosse um filme ficcional, mas sim para estabelecer asserções sobre o mundo que é mostrado por meio de uma tela”. (RAMOS, 2008, p.9).

Os textos do corpus a que denominamos documentário compartilham certas ênfases que nos permitem discuti-los como partes de um gênero (caracterizado por normas e convenções como lógica de organização, montagem de evidência e papel de destaque para o discurso voltado para o espectador), que, por sua vez, divide-se em movimentos, períodos e modos diferentes. Nesses termos, o documentário mostra-se um dos gêneros mais duradouros e variados, com muitos enfoques diferentes para o desafio de representar o mundo histórico. Esses enfoques apresentam muitas das características dos filmes de ficção comuns, como a narração de histórias, mas permanecem suficientemente distintos para constituir um domínio próprio (RAMOS, 2008, p. 64).

Narrar um pedaço da história, contextualizando com imagens e sons e, tendo de outro lado uma voz testemunhal que argumenta a narrativa, faz do documentário um instrumento de total importância para a construção da perspectiva. Nas práticas sociais, o costume é acreditar naquilo que o indivíduo pudesse ver, sentir, perceber. Perspectiva, como disse Nichols (2009, p.44), é aquilo que nos transmite as decisões específicas tomadas na seleção e no arranjo de sons e imagens. Essa voz formula um argumento por implicação. O argumento funciona de maneira tácita. O efeito corresponde menos a "veja isto desta forma" do que a "veja por si mesmo".

Por conseguinte, o é realizado com uma pré-produção, uma produção e a edição final, todos minuciosamente analisados, pois serão abstrações derivadas de experiências específicas, mas não idênticas a elas. No documentário produzido o cuidado foi desde gravação a edição final, mas no início foi com o áudio para não ter risco de ter que remarcar com o entrevistado.

Assim, todo cuidado será pouco para que se possam transmitir informações relevantes sobre a história.

Todo método de registro em celuloide de qualquer aspecto da realidade interpretada tanto por filmagem factual quanto por reconstituição sincera é justificável, de modo a apelas seja para a razão ou emoção, com o objetivo de estimular o desejo e a ampliação do conhecimento e das relações humanas, como também colocar verdadeiramente problemas e suas soluções nas esferas das relações econômicas, culturais e humanas (DARIN, 2006, p.15-6 *apud* LUCENA, 2012, p.15).

Da-Rim (2004, p.112) afirma que em qualquer documentário, seja ele um objeto de registro da realidade, pode transmitir conhecimentos, seja de forma racional e emocional para o espectador, com o intuito de promover a compreensão do que é mostrado através das imagens.

Por outro lado, a pré-produção é a segunda etapa do produto descrito aqui. Inicia-se depois do processo de preparação da pesquisa, a busca das fontes, levantamentos de registros e marcação de entrevistas. A produção ocorre no momento em que se fazem as entrevistas. Cada detalhe deverá ser filmado, as expressões, as imposições das mãos, do corpo, as fotografias. Tudo o que for capturado como imagem fará parte do documentário (NICHOLS, 2010).

Depois da confirmação de dados, deverá ser escrito um roteiro. Este roteiro é parte fundamental para que o documentário alcance o sucesso desejado. A história deve ser bem escrita; é preciso definir muito bem sobre o que gira “a estrutura narrativa do filme, como apresentar as pessoas, passar as ideias de maneiras claras e objetivas” (LUCENA, 2012, p.210).

A edição final deve obedecer ao roteiro. A escolha da trilha sonora tem um papel fundamental, pois ajuda a intensificar a mensagem e, em conjunto com outros elementos, é responsável por passar emoção, alegria, suspense, medo ou ironia, dependendo da forma como ela é utilizada.

Os documentários são representações auditivas e visuais de uma parte do mundo histórico, representam os pontos de vista de cada produtor, grupos e instituição. Também são formadores de opinião, elaboram argumentos, formulam suas próprias estratégias persuasivas visando convencer a aceitar sua opinião.

Durante muito tempo, achava-se natural que os documentários falassem de tudo, menos de si mesmos. Estratégias reflexivas que questionam o ato de representação abalam a suposição de que o documentário se funda na capacidade do filme de capturar a realidade (NICHOLS, 2005, p. 51).

Por outro lado, a produção de um roteiro para documentário é essencial para a organização de construção de narrativa com imagens, mesmo que estes não compartilhem da produção de filmes ficcionais.

O documentário não compartilha a estrutura de filmes de ficção como seus pontos de virada (*plot points*), sequências dramáticas, elipses e outros truques narrativos. No entanto, traz, assim como esses filmes uma “história”, contada por imagens, depoimentos ou pela narração. Incluindo elementos como pessoas, lugares, coisas e eventos (LUCENA, 2012, p.39).

Em sua maior parte, os documentários têm o seu conteúdo voltado para a representação social, levando informações para o espectador, as quais não podem ser claramente visíveis, ou expondo um ponto de vista sobre determinada situação para conscientizar aqueles que assistem.

Esses filmes representam de forma tangível aspectos de um mundo que já ocupamos e compartilhamos. Torna visível e audível, de maneira distinta, a matéria de que é feita a realidade social, de acordo com a seleção e a organização realizadas pelo cineasta. Expressam nossa compreensão sobre o que a realidade foi, é o que poderá vir a ser. Esses filmes também transmitem verdades, se assim quisermos (NICHOLS, 2012, p.26)

Portanto, qualquer documentário é o formato de produção áudio visual que mostra fatos reais ou imaginários onde há uma diversidade muito grande de tendência e estilos, observa-se que o vídeo documentário constrói um determinado assunto e os fatos que estão sendo expostos nele.

5.2 PRODUZINDO UMA REPORTAGEM

De acordo com Lage (2008), a reportagem é uma das características do jornalismo e o repórter um instrumento da profissão.

A reportagem colocou em primeiro plano novos problemas, como discernir o que é privado, de interesse individual, do que é público, de interesse coletivo;

o que o Estado pode manter em sigilo e o que não pode; os limites éticos do comércio e os custos sociais da expansão capitalista (LAGE, 2008, p. 17).

Assim, uma história nasce a partir de relatos e/ou documentos que comprovam os fatos, e as informações obtidas, a partir destes fatos, deixam de ser apenas um fator de acréscimo cultural ou recreação para tornar-se essencial à vida das pessoas. O repórter é um agente da sociedade e para a sociedade. E, se é para a sociedade que o repórter trabalha, esta mesma sociedade, por sua vez, deve contribuir para que as informações sejam levantadas, comprovadas, interpretadas, traduzidas e disseminadas.

Segundo Lage (2008), o trabalho de pesquisa e de investigação deve colocar todos estes conceitos humanos de lado. O jornalista, aqui então repórter, deve se ater ao cumprimento da pauta. Fazer um planejamento com objetivos traçados e detalhados. Investigar as fontes, comprovar dados, reunir informações. Deve distinguir o *insight* da reportagem através da sua intuição, faro e percepção.

De acordo com Dimenstein e Kotscho (1990), a reportagem é uma aventura. O que faz com que essa afirmação tenha dado o título ao livro no qual os dois autores discutem o tema. É a maneira mais fácil e a mais difícil de viver a profissão de jornalista. Fácil, porque ser repórter é saber contar histórias, o que não é característica exclusiva da profissão. Difícil, porque o jornalista luta contra o tempo, buscando algo inatingível, sem rostos e sem versões: a verdade. Mas, o que se obtém, na maioria das vezes, é apenas uma pequena versão desta verdade.

Para uma boa reportagem é fundamental uma boa entrevista, o que comenta Oyama (2009, p.7), “boas entrevistas sempre rendem boas reportagens”. Ao se referir a uma entrevista, o humor do entrevistado pode influenciar no resultado, mas, quem controla esses elementos são os jornalistas. Segundo Oyama (2009), uma pesquisa bem feita aumenta as chances de boa entrevista, o que serve para conhecer melhor seu entrevistado e seu trabalho e, a partir das informações, elaborar as perguntas para entrevista.

Lage (2008) comenta que o repórter tem que saber perguntar sobre a resposta, pois, geralmente, as pessoas discorrem com fluência sobre aquilo que conhecem. O repórter deve manter o comando da conversa e, se a conversa mudar de assunto, o melhor é fazer uma nova pergunta.

Numa entrevista, a estrela é o entrevistado. Pôr mais conhecido ou vaidoso que seja o repórter, espera-se dele discrição, como coadjuvante e, ao mesmo tempo, diretor de cena- é a conduta profissional. A atitude de compreensão e respeito deve marcar a atividade do repórter, com a preocupação de não evidenciar reações como impaciência, discordância ou simpatia entusiasmada. Entrevistados podem irritar-se nem se deixar intimidar. (LAGE, 2008, p. 80).

Conforme Lage (2008, p. 79), “Uma entrevista conduzida corretamente é precedida de troca de cumprimentos e de palavras sobre qualquer assunto provavelmente sobre a entrevista mesmo, que tem função fática, isto é, objetiva de estabelecer o contato.”

6 DESCRIÇÕES DO PRODUTO

Este capítulo apresenta como o documentário foi produzido, quais foram os métodos de pesquisa utilizados, técnicas de gravação, como foi organizado a lista de entrevistados, detalha como foi desenvolvida cada entrevista, no último tópico descreve como foi realizada cada etapa da edição até chegar ao produto final.

6.1 O VÍDEO DOCUMENTÁRIO

A proposta de fazer esse trabalho é publicar os tipos mais comuns de violência exercida contra jornalistas em Curitiba. Foi realizada uma pesquisa documental para aplicar imagens de agressões e *print* de noticiário de jornalistas ameaçados, acrescentando os elementos no mesmo. Outro método utilizado foi a pesquisa jornalística com objetivo de apontar os entrevistados. O público-alvo a ser alcançado são jornalistas e estudantes de jornalismo.

Esse tema foi escolhido por proporcionar uma reflexão sobre a violência na profissão que muitas vezes não é divulgada. Os crimes cometidos contra jornalistas é

um atentado contra a liberdade de imprensa, como explica o vídeo documentário “Jornalismo e a Violência na profissão” produzido por estudantes de jornalismo da universidade estadual Paulista.

Foi escolhido fazer um vídeo documentário por proporcionar ao telespectador uma visão sobre o conteúdo e que leve à uma reflexão, pois, segundo Nichols (2010) o documentário defende uma causa ou apresenta um argumento apenas com a voz.

6.2 A PRÉ-PRODUÇÃO

Para iniciar as gravações realizou-se uma pesquisa jornalística de casos de violência contra jornalistas em Curitiba. Nas orientações foram listados os entrevistados sugeridos pelo orientador: James Alberti, Mauri koing, Lucio André, João Frigério e Gustavo Vidal. Além destes, convidamos Paola Manfroi, Gladimir Nascimento, mas não quiseram participar da produção.

Na conversa com o orientador já foram programados para serem capturadas imagens de apoio da Gazeta do Povo, Sindicato dos jornalistas profissionais do paraná (sindijorPR), Assembleia Legislativa do Paraná, da RPC TV afiliada da Rede globo e imagem de jornalistas exercendo seu trabalho.

Os entrevistados relatam casos ocorridos em Curitiba, mas também foram inseridas imagens de outras situações, pois, com esses elementos é possível estruturá-lo em uma ordem que encontre seu começo e fim.

O produto final tem dezessete minutos e dezoito segundos minutos, apresentando técnicas utilizadas em: personagem, imagem de apoio e trilha sonora instrumental.

Na etapa de pré-produção foram escolhidos uma seleção de vídeos relatando a violência contra jornalistas, profissionais que perderam a própria vida retirados da internet e para dar início as gravações foi produzido um com um roteiro pré-programado.

6.3 A PRODUÇÃO

O princípio da produção e a roteirização é essencial que seja tudo detalhado para poder mesclar os elementos, que haja uma harmonia entre os personagens que compõe a história. Na produção marcamos no início do mês de agosto com os entrevistados para gravar o depoimento de cada jornalista que sofreu ameaça. Após as gravações iniciamos o roteiro, para iniciar a edição.

A técnica usada para a produção do documentário foi com cortes, técnicas de filmagem, imagem de apoio e trilha sonora. A importância do modelo de vídeo documentário se enquadra nos elementos a serem utilizados que é o documentário de representação social.

Esses filmes também transmitem verdades, se assim quisermos. Precisamos avaliar suas reivindicações e afirmações, seus pontos de vista e argumentos relativos ao mundo como conhecemos, e decidir se merecem que acreditemos neles. Os documentários de representação social proporcionam novas visões de um mundo comum, para que as exploremos e compreendamos. [...] essas visões colocam diante de nós questões sociais e atualidades, problemas recorrentes e soluções possíveis. O vínculo entre documentário e o mundo histórico é forte e profundo. O documentário acrescenta uma nova dimensão à memória popular e à história social. (NICHOLS,2017, p.27)

As marcações das entrevistas foram feitas por *facebook*, e o entrevistado escolhia o lugar para gravação, chegava até o local montava o equipamento, e acontecia um bate papo informal. A primeira pergunta feita era sobre as ameaças que recebia, se algum momento sentiu medo, se já cogitou desistir do jornalismo, fora o presidente do SindjorPR Gustavo Vidal que respondeu sobre: o que o jornalista deve fazer em caso de ameaça e se tem denúncias sobre violência.

O equipamento utilizado nas entrevistas eram câmera digital HD, tripé, microfone lapela, gravador de voz. Nos entrevistados na gravação, foi aplicado o plano médio, o entrevistado sentado para enfatizar a reação do personagem, não perder cada expressão e para deixar o entrevistado mais a vontade. Algumas imagens de apoio capturadas com movimento e outras não. Em relação a hora da entrevista foi tranquilo, não houveram problemas, pois, todos falaram tranquilamente sobre as ameaças sofridas na profissão.

6.4 A PÓS PRODUÇÃO

Para edição de imagens foi escrito um roteiro para facilitar o processo. Foi escolhido o *software adobe premiere*, por ser mais utilizado para edições de imagens audiovisuais. No documentário as imagens feitas *print* das reportagens precisaram de recursos utilizando o programa *software adobe photoshop* para aumentar a resolução da imagem. O término das gravações aconteceu no final do mês de outubro, quando foram descarregadas as imagens no computador e em um HD e caso houvesse algum problema teria o plano B. As imagens da internet também estão no computador e no dispositivo. Por não ter recursos suficientes para edição, o jornalista Gabriel Eloi se propôs a ajudar na edição do documentário.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivo desse trabalho foi expor os tipos mais comuns de violência exercida contra jornalistas. Portanto, o trabalho foi incorporado em forma de que foi desenvolvido em base de uma pesquisa jornalística, levando-se em conta que os entrevistados foram da cidade de Curitiba. A participação de todos os entrevistados foi de suma importância pois percebe-se que a violência está cada vez mais comum na profissão.

Com a realização das análises feitas a partir de pesquisas apresentadas no trabalho conclui-se a maior parte dos casos não são relatados, pois as organizações responsáveis pela categoria de jornalismo não têm acesso ao número correto de ocorrências registradas por jornalistas e muitos profissionais não chegam a fazer boletim de ocorrência.

Outra questão que chama atenção é sobre a violência que provoca consequência física, moral e psicológica causando a depressão no profissional tentando impedir o exercício do seu trabalho. A tática de amedrontar o profissional tentando as vezes prejudicar a publicação de alguma matéria entende-se que a censura é um problema histórico, por isso, que nos dias atuais há alguns resquícios em algumas mentes.

Pela observação dos dados das pesquisas mencionadas no trabalho, pelas análises de matérias publicadas com relatos de jornalistas que sofreram violência e com as entrevistas gravadas para o documentário foi possível identificar que qualquer tipo de ameaça contra um jornalista é uma violação contra a Constituição Federal em seu artigo 5º, inciso XIV, ressalta que: “é assegurado a todos o acesso à informação” seja ela contra ou favorável. O objetivo do trabalho foi a violência contra os jornalistas na cidade de Curitiba com propósito de conscientização da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS SITES

ABRAJI – Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. O que é. 2016. Disponível em <<http://www.abraji.org.br/?id=78>> Acessado em 26 de março de 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acessado em 14 de março de 2016.

CPJ – Comitê to Protect to journalists. Jornalista brasileiro Mauri König Escondido após receber ameaças. 18 de dezembro de 2012. Disponível em: <<https://cpj.org/pt/2012/12/jornalista-brasileiro-mauri-konig-escondido-apos-r.php>>. Acessado em 5 de março de 2016.

CPJ – Comitê to Protect to journalists. Disponível em: <<https://cpj.org/campaigns/assistance/>>. Acessado em 16 de março de 2016.

DAHLBERG, Linda L. ; KRUG, Etienne G. Violência: um problema global de saúde pública. Ciênc. saúde coletiva, v.1, supl. 0, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232006000500007>>. Acessado em 30 de maio de 2016.

DE MELO, Patricia Bandeira. Um passeio pela História da Imprensa: O espaço público dos grunhidos ao ciberespaço.2005 Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/artigo_passeio_historia_imprensa.pdf> acessado em 26 de outubro de 2016.

FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas. Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil. Relatório 2015. Disponível em <<http://docplayer.com.br/13755623-Federacao-nacional-dos-jornalistas-Fenaj-sclrn-704-bloco-f-loja-20-cep-70-730-536-brasilia-df-fax-61-3244-0650-3244-0658-e-mail.html>> Acessado em 28 de março de 2016.

GLOBO. Cinegrafista atingido por rojão em protesto no Rio tem morte cerebral. G1. 10 de fevereiro de 2014. Disponível em <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/02/cinegrafista-atingido-por-rojao-em-protesto-no-rio-tem-morte-cerebral.html>> Acessado em 3 de março de 2016.

_____. Deputado ofende jornalista na Alep e é criticado por colegas e entidades. G1. 11 de agosto de 2015. Disponível em <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/08/deputado-ofende-jornalista-na-alep-e-e-criticado-por-colegas-e-entidades.html>> Acessado em 5 de março de 2016.

_____. Dois jornalistas franceses são mortos no Mali, diz ministério. G1. 2 de novembro de 2013. Disponível em <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/11/dois-jornalistas-franceses-sao-mortos-no-mali-diz-ministerio.html>> Acessado em 24 de abril de 2016.

_____. 2002: Tim Lopes é assassinado por traficantes na zona norte do Rio. G1. 2 de junho de 2016. Disponível em <<http://cbn.globoradio.globo.com/institucional/historia/aniversario/cbn-25-anos/boletins/2016/06/02/2002-TIM-LOPES-E-ASSASSINADO-POR-TRAFICANTES-NA-ZONA-NORTE-DO-RIO.htm>> Acessado em 5 de maio de 2015.

GUERRA, Tâmara Belo; AMARAL, Sérgio Tibiriçá. Direito de informação. ETIC – Encontro de Iniciação Científica. v. 5, n° 5, 2009. Disponível em <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/view/2581/2258>> Acessado em 08 de maio de 2016.

KAWAMOTO, Maria Claudionice Ramos. Aspectos da violência. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 15, n. 2714, 6 dez. 2010. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/17976>>. Acessado em 13 de junho de 2016.

LAGINSKI, Flávio Augusto. SindijorPR repudia ataques sofridos pela equipe da TV Tarobá. 31 de março 2016. Disponível em <<http://www.SindijorPR.org.br/noticias/6587/SindijorPR-repudia-ataques-sofridos-pela-equipe-da-tv-taroba>> Acesso em 1 junho de 2016.

LEYSER, Maria de Fátima Vaquero Ramalho. Direito à Liberdade de imprensa. 1999. Disponível em <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_publicacao_divulgacao/doc_gra_doutrina_civel/civel%2032.pdf> Acessado em 26 de maio 2016.

MELO, Ludmila Alessandra Vieira.. Democracia, Liberdade de informação jornalística e direito à intimidade à vida privada. Belo Horizonte, PUC, 2004. Disponível em <http://www.fmd.pucminas.br/Virtuajus/1_2004/Discentes/Democracia%20Liberdade%20de%20Informacao%20Jornalistica.pdf> Acessado em 14 de abril 2016.

ONU – Organização da Nações Unidas – Brasil. Segurança de jornalistas. 2016. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/campanha/seguranca-de-jornalistas/>> Acessado 21 de maio de 2016.

PENA, Felipe. A teoria do jornalismo no Brasil – após 1950. 2008. Disponível em <<http://felipepena.com/wp-content/uploads/2015/03/A-Teoria-do-Jornalismo-no-Brasil.pdf>> Acessado em 26 de maio de 2016.

PEREIRA, Roger. PR: jornalista é ameaçado de morte e tem que deixar o estado. 17 de abril de 2015. Disponível em <<http://noticias.terra.com.br/brasil/pr-jornalista-e-ameacado-de-morte-e-tem-que-deixar-o-estado,9dbc23e5949cc410VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>> Acessado em 2 de abril de 2016.

REMIÃO, Sandra. Fases do ciclo militar e censura a livros – Brasil, 1964-1978. 2007. Disponível em

<http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_fases_ciclo_militar.pdf> Acessado em 3 de junho de 2016.

ROSPA, Aline Martins. O papel do direito fundamental à liberdade de imprensa no estado brasileiro. *In: Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIV, n. 92, set 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10287&revista_caderno=9> Acessado em 5 de maio de 2016.

SINDIJOPR – Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná. Deputados pedem a cabeça de jornalista, e patrão entrega de bandeja. 22 de janeiro de 2009. Disponível em <<http://SindijorPR.org.br/noticias/2/noticias/269/deputados-pedem-a-cabeca-de-jornalista-e-patrao-a-entrega-de-bandeja>> Acessado em 24 de maio de 2016.

MELO, Cristina; GOMES, Isaltina e MORAIS, Wilma. O documentário jornalístico, gênero essencialmente autoral – Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XIV Congresso Brasileiro de Comunicação. Campo Grande-MS, setembro de 2001. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP7MELO.PDF>> acessado em 26 de outubro de 2016.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS LIVROS

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria MS/GM n. 737, de 16 de maio de 2001: política nacional de redução da morbimortalidade por acidentes e violências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 96, 18 maio 2001. Seção 1e.

BUCCI, Eugênio. A Imprensa e o dever da liberdade: a independência editorial e suas fronteiras com a indústria do entretenimento, as fontes, os governos, os corporativismo, o poder econômico e as ONGs. São Paulo: Contexto, 2009.

CARVALHO, Guilherme, Violência contra Jornalistas: Dados de uma Pesquisa do Paraná. UFPR, 2015.

COSTA, Alda Cristina Silva. O Embate entre o visível e o invisível: A construção social da violência no jornalismo e na política. Belém do Pará, Universidade Federal do Pará. 2010.

DA-RIN, Silvio Pirôpo. Espelho Partido: tradição e transformação do documentário cinematográfico. Orientador: Rogério Luz. Dissertação de mestrado em Comunicação pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.

DIMENSTEIN, Gilberto. KOTSCHO, Ricardo. A Aventura da Reportagem. São Paulo: Summus, 1990.

HIRIGOYEN, Marie-France. Assédio moral: a violência perversa no cotidiano. Tradução de Maria Helena Kühner. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 65

KARAM. Francisco José. Jornalismo, Ética e Liberdade. São Paulo: Summus, 1997

LAGE, Nilson. A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 4.ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

LUCENA, Luiz Carlos. Como fazer documentário. São Paulo: Summus. 2012.

SMITH, Frank. Manual de segurança para jornalistas, para Jornalistas Com um capítulo sobre Segurança da Informação por Danny O'Brien /Coordenador de Campanhas de Internet do CPJ.(2014)

MAGALHÃES JUNIOR, Antônio Germano. Luz, Câmera e Emoção: vídeos documentários e história da educação. In: Vasconcelos, José Gerardo et al (orgs) Tempo Espaço e Memória da Educação: pressupostos teóricos, metodológicos e seus objetos de estudo. Vasconcelos et al (orgs). Fortaleza: edições UFC, 2010.

MOLETTA, Alex. Criação de curta-metragem em vídeo digital – Uma proposta para produções de baixo. São Paulo: Summus, 2009.

NASCIMENTO, Amanda Caroliny Alves.A ditadura militar e a censura no jornal impresso. 9ºEncontro Nacional de História da Mídia UFOP-Ouro Preto-Minas Gerais 2013.

NICHOLS, Bill. Introdução ao documentário. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2010.

OLIVEIRA, Pedro. O Direito de Informação Jornalística e o papel da Imprensa no Estado Democrático de Direito. 2008, Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG.

OYAMA, Thaís. A arte de entrevistar bem. São Paulo: Contexto, 2008.

PORTELA, Monique. Violência Contra Mulheres jornalistas: Dados de uma Pesquisa na Região Sul. XVII Congresso de Ciência da Comunicação da Região Sul. Curitiba, Paraná. 2016

RAMOS, Fernão Pessoa. Mas afinal... o que é mesmo documentário? São Paulo: Senac/SP, 2008

ŽIŽEK, Slavoj. Violência, seis reflexões laterais. São Paulo: Boitempo, 2014.

Yin, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre : Bookman, 2001

MATTOS, Sérgio. Mídia controlada: a história da censura no Brasil e no mundo. São Paulo: Paulus, 2005.

APÊNDICE

Roteiro: Derrubando a pauta

VÍDEO

Abertura

(Um filme de Simone Fernandes)

Abre áudio com William Bonner GC:Youtube

Print da notícia da morte de Tim Lopes.

Abre áudio com o tiroteio

Imagem Paulo Henrique Amorim

GC:youtube

Um telejornal falando do caso do repórter cinematográfico San Tiago

GC:youtube

Abre áudio com imagens do dia que San Tiago foi atingido

Declaração da ONU sobre a violência contra jornalistas

Uma tela falando sobre a violência.

“A violência pode ser considerada como agressão verbal, agressão física ou assédio.

Título do doc

Imagem captada das bandeiras

Imagem de apoio

Entrevistado James Alberti

gc

Entrevistado Mauri

gc

Entra tela: o mundo é um lugar cada vez mais perigoso para os jornalistas

Entra: James

Entra tela com: um jornalista é morto por semana no mundo, simplesmente por fazer seu trabalho

Mauri

James

Mauri

Imagem pastor Edson Praczyk

Gc

Print que o pastor ofendeu jornalista

James

Print da notícia que James teve que sair do Paraná e outros prints

Mauri

Imagem dos jornalistas que foram decapitados por terroristas

Imagens de apoio

Entrevistado João Frigério

Repórter cinematográfico

Gc

Imagem da prisão do Lúcio

Abre áudio

Entrevistado Lúcio André

Gc

Lúcio André

Cobrir com imagem da matéria quando ele foi preso

James

João Frigério

Tela: existem organizações que apoiam os jornalistas vítimas de violência. No Paraná e na capital, o sindicato dos jornalistas do Paraná é o que defende o interesse da classe

Entrevistado Gustavo Vidal

Gc

Com imagem de apoio do sindicato

Tela: Segunda a federação nacional dos jornalistas do Brasil

Uma seleção de imagens de violência contra o jornalista

Gc

Ficha técnica